

# Congresso se julga mais forte

9 OUT 1983

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Os presidentes da Câmara, Flávio Marcílio, do Senado, Nilo Coelho, e do PDS, José Sarney, estão de acordo num diagnóstico: o Congresso sai fortalecido dos últimos acontecimentos. Superou, com competência política, o episódio Mário Juruna (PDT-RJ), e conseguiu do Poder Executivo solução negociada para o Decreto-Lei nº 2.045.

O Congresso atravessou período de muita tensão, com o recebimento de pedidos de punição, formulados por todos os ministros de Estado, para o deputado Mário Juruna, enviados por ordem expressa do próprio presidente João Figueiredo. Perturbou-se notoriamente, ante entrevista do porta-voz do Ministério do Exército, reclamando a cassação do parlamentar índio. Sarney chegou a aparecer no noticiário, como equiparando o confronto ao que se verificou, em 1968, quando a Câmara negou licença pedida pelo governo para processar Márcio Moreira Alves por "insultos às Forças Armadas".

Os políticos movimentaram-se, com inegável rapidez, para conjurar a crise. O presidente da Câmara, Flávio Marcílio, tratou de extinguir o corpo de delito, expurgando dos anais do Congresso expressões insultuosas do deputado, que chamara de "ladrões" a todos os ministros de Estado. E saiu em campo, com a ajuda do líder Nelson Marchezan e do presidente José Sarney, para negociar com o ministro-chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, uma punição para o agressor que fosse, simultaneamente, aprovada pela Mesa da Câmara e aceitável pelos ministros. A princípio, pareceu haver muita resistência do governo. Depois de marchas e contra-marchas, aceitaram-se a censura pública e a meia-retratação de Juruna, e a crise foi contornada.

Entre os seus protagonistas ficou uma dúvida sobre se houvera crise institucional ou apenas um aborrecimento do presidente João Figueiredo: "Estamos sob o fio da navalha. Dependemos do humor do presidente".

Os políticos mostraram-se, efetivamente, preocupados com a variação de humor do presidente da República e com sua irritação com o Congresso. O chefe do governo está distanciando-se, não, somente do PDS quanto de sua própria linha sucessória. Indispõe-se com o vice-presidente da República Aureliano Chaves, que não aceita como sucessor; com o presidente da Câmara, Flávio Marcílio, que critica a candidatura do ministro do Interior, Mário Andreazza, e com o presidente do Senado, Nilo Coelho, que chama de traidor por criticar seu governo.

Ainda assim, ganham alento com a disposição do presidente da República de aceitar negociação em torno de um programa de estabilização financeira do País que substitua o Decreto nº 2.045 por instrumento menos impopular.

Tal decisão foi considerada uma vitória do PDS, que havia designado comissão de 11 senadores e deputados, entre os quais Luiz Vianna Filho, Roberto Campos, Pratini de Moraes e Magalhães Pinto, para a elaboração da política econômico-financeira do partido e para propor uma alternativa ao 2.045.

Eles identificam, no discurso do presidente João Figueiredo, propondo a negociação, a renovação de sua proposta de mão estendida e corolário do projeto de redemocratização do País.

O presidente do PDS, senador José Sarney, que andou muito desassossegado nos últimos 15 dias, se manifestou eufórico, no fim de semana. Ele vê na comissão dos 11, incumbida de propor o projeto econômico-financeiro do PDS, terreno propício ao entendimento com os dissidentes do partido e com a oposição. Parece, efetivamente, convencido de que a comissão seria capaz de remover as fundas divergências do PDS com o governo e de demover a auto-suficiência da tecnoburocracia.

Uma coisa é certa. Com a mesma rapidez com que se inquietou e se atemorizou com o processo Juruna, o Congresso brasileiro ficou feliz, quase eufórico, quando o governo admitiu negociar.